



Senado volta a descumprir ordem do STF e adia cassação de senador

A Mesa Diretora do Senado voltou a descumprir decisão do Supremo Tribunal Federal que, na semana passada, determinou imediata cassação do mandato do senador Expedito Júnior (PSDB-RO). Nesta terça-feira (3/11), os membros do colegiado decidiram aceitar recurso do senador para que seu caso seja submetido à Comissão de Constituição e Justiça, como aconteceu com o ex-senador João Capiberibe (PSB-AP), cassado em 2005. Assim, fica indefinidamente adiada a posse do segundo colocado nas eleições de 2006, em Rondônia, Acir Gurgacz (PDT).

Em declaração ao portal **G1**, o presidente do Supremo, Gilmar Mendes, disse que "a decisão do Supremo foi clara e não resta nenhuma dúvida, sendo que não cabia recursos no Senado". Na semana passada, o ministro do STF, Celso de Mello, declarou ser "arbitrária a resistência da Casa Legislativa" que não cumpriu decisão já tomada pela Justiça eleitoral. De acordo com o ministro, já é a quarta vez que o Congresso descumpra decisão judicial sobre questões dessa matéria.

A assessoria de imprensa de Expedito Júnior disse que o procedimento é "meramente protelatório", para que seja assegurado ao senador o direito de defesa na esfera legislativa. Segundo a assessoria, o senador deseja que seu caso seja submetido ao plenário logo após a deliberação da CCJ, como aconteceu no caso Capiberibe.

"Meu voto, na reunião da Mesa, foi no sentido de cumprirmos a decisão do STF. Mas a maioria da Mesa mandou que o recurso do senador Expedito fosse remetido à Comissão de Constituição e Justiça", disse o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), dizendo que, se a decisão fosse submetida "pessoalmente" a ele, seria cumprida imediatamente. "Somos uma casa colegiada."

O empresário Acir Gurgacz, seus familiares e assessores estão desde a manhã de segunda-feira (2/11) em Brasília, certos de que seria dada a posse ao pedetista. Senadores como Cristovam Buarque (PDT-DF) fizeram críticas à decisão da Mesa. "Isso é muito, muito grave. Creio que a Mesa deve explicação porque tomou uma decisão desse tipo", disse Cristovam na tribuna do plenário, acrescentando que as satisfações deveriam ser estendidas ao Supremo e ao partido.

Atento ao pronunciamento de Cristovam, Expedito Júnior pediu um aparte para dizer que, a princípio, não apresentaria recurso. Mas que, diante de conselhos de senadores de vários partidos, relevou a decisão. "Eu tenho o direito de lutar pelo meu mandato.", acrescentando que o julgamento na Justiça Eleitoral deixou de analisar muitas provas. "Disse nessa tribuna que iria às últimas consequências para reaver meu mandato. Eu tenho a consciência tranquila de que não comprei voto." Segundo Expedito, os próprios advogados de defesa lhe asseguraram que ainda caberia recurso.

"Já existe aqui uma jurisprudência", disse Expedito, em referência ao caso Capiberibe, e mencionando o artigo 32, parágrafo terceiro, do regimento interno, que define o direito à ampla defesa. Ele lembrou que, no episódio da cassação do então senador do Amapá, o posicionamento de Cristovam foi outro. "Até hoje os nossos embargos não foram julgados no Tribunal Superior Eleitoral".

Sucessor

De acordo com levantamento feito pelo site **Congresso em Foco**, a Empresa União Cascavel de



Transportes e Turismo Ltda (Eucatur) de transporte interestadual de passageiros de propriedade da família de Acir Gurgacz, responde a aproximadamente 200 processo no Tribunal de Justiça do Amazonas. As acusações – direcionadas a Gurgacz e aos pais, seus sócios na empresa – vão de estelionato, crime ambiental. Gurgacz e a Eucatur ainda são alvo de processo no Paraná e em Rondônia..
Com informações do Congresso em Foco e G1.

Date Created

03/11/2009